

A LIBERDADE E O TOTALITARISMO NOS PRONUNCIAMENTOS DE RONALD REAGAN – OU, “QUANTOS DEDOS EXISTEM NESTA MÃO?”

LUIZ ANTONIO GOMES PINTO

Mestre em História pela UFES

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL

Doutor em História e Professor do PPGHis/UFES

Resumo

Este artigo tratará da forma como o conceito de totalitarismo foi trabalhado no interior dos pronunciamentos de Ronald Reagan. Quando pensamos o totalitarismo, a primeira imagem que nos vêm à cabeça, é a Alemanha hitlerista, regime totalitário por excelência. Ronald Reagan, ao empregar o conceito, para definir o governo da Nicarágua, não estava muito preocupado com a definição correta, porém, com sua utilização política.

Palavras-chave: Comunismo, Guerra Fria, Ideologia, Poder, Sandinismo, Totalitarismo.

Abstract

This article will treat in the way as the concept of totalitarianism was worked inside Ronald Reagan's pronouncements. When we thought the totalitarianism, the first image that come us to the head, is the Hitler's Germany, totalitarian regime par excellence. Ronald Reagan, when using the concept, to define the government of Nicaragua, was not very concerned with the correct definition, however, with her political use.

Key words: Communism, Cold War, Ideology, Power, Sandinism, and Totalitarianism.

Quem domina o *passado* domina o *futuro*; quem domina o *presente* domina o *passado*. [...] Se queres

uma *imagem* do futuro, pensa numa bota a pisar o rosto humano, para sempre.

George Orwell, 1984

A liberdade é o conceito mais proclamado pelos norte-americanos. Foi também o conceito mais empregado por Ronald Reagan para efetuar sua contraposição ao comunismo, considerado como a negação da liberdade. Liberdade é também o conceito com um grande número de associações, sendo que nos pronunciamentos do presidente norte-americano, o termo aparece associado a “direitos humanos”.¹ A “propriedade”, na concepção norte-americana, também é outro conceito associado à liberdade, pois a propriedade seria a realização plena do direito do homem à liberdade.²

Os pronunciamentos de Ronald Reagan inseriram no tema liberdade, a defesa da propriedade privada como um dos “direitos humanos fundamentais”. Essa defesa apareceu nos seguintes momentos.

[...] nós trabalharemos duro para apoiar as reformas, *direitos humanos* e a *democracia* em El Salvador. Na última quinta-feira, o governo salvadorenho ampliou o programa de *reforma agrária*, o qual já distribuiu 20% de todas as terras aráveis do país, e transformando mais de 65 mil *trabalhadores rurais* em *proprietários rurais*. (grifos do autor)³

Nós sabemos o que temos que fazer para manter esse relacionamento. Compartilhamos pontos de vista similares sobre a *necessidade de defender a democracia*, sobre a *superioridade das instituições democráticas*, e sobre a *força do empreendimento privado*. (grifos do autor)⁴

Em ambos os casos a liberdade e seu substrato político, o liberalismo, são entendidos como suportes para a institucionalização política, e que por sua vez, transformou a propriedade em instituto garantido pela lei. Ela apareceu na primeira citação, no papel desempenhado pela

reforma agrária, que geraria uma classe de pequenos proprietários, como defendeu Jefferson (Padover, 1946:68), e que através desse processo criaria uma incipiente classe média.

A reforma agrária que poderia aparecer como um modelo de “socialização”, nos moldes do neoconservadorismo, das economias centro-americanas, e também como sinal de liberdade para as populações locais, não cumpriria seu papel declarado. Ela funcionaria como mecanismo apropriado para possibilitar um maior controle econômico desses países pelos Estados Unidos. Pois, se na retórica houve uma guinada em direção ao maior respeito aos direitos humanos, baseado na concepção liberal de *liberdade*, na prática ela ocultaria o aspecto mais cruel desse mecanismo, a futura perda da propriedade para grandes proprietários por “incapacidade” de competir no mercado, retomando o ciclo, agora devidamente legitimado, de exploração.

Enquanto os países da América Central exportavam para os Estados Unidos *commodities* agrícolas e matéria-prima, de baixo valor agregado, esses países, por sua vez importavam produtos manufaturados norte-americanos, mantendo a balança comercial favorável para os Estados Unidos. Naquele momento, os déficits comerciais dos Estados Unidos eram enormes com os demais países industrializados, e um aumento no superávit comercial norte-americano com os centro-americanos não mudaria muita coisa.

Mas a manutenção da dominação econômica garantiria a dominação política. Portanto, para o governo norte-americano, o *Caribbean Basin Initiative*, era a aposta, ao lado das eleições em El Salvador e o isolamento da Nicarágua, para manter afastado o fantasma da revolução.

A liberdade, como foi observado, se apóia no pensamento neoconservador sobre existência da propriedade privada. Mas, o que é a *liberdade* e como ela se ajusta no projeto político de Ronald Reagan para a América Central? A liberdade deve ser percebida como “ausência de restrições às ações humanas”, e esse aspecto permite que se encaminhe desde a desobediência a um governo, até, e principalmente, a manutenção da propriedade privada. Ela possui também um caráter ético-moral, pois condena e se opõe à opressão (Oppenheim, 1998a:708). Este é o seu caráter de universalidade, porque liberais e marxistas enxergam o regime de um e do outro como opressores.

O conceito de liberdade remete também a outras questões. A primeira situa a liberdade na possibilidade de escolha entre alternativas prováveis. Aqui, a liberdade assume seu papel no interior da filosofia política, pois a escolha pode ser entendida entre as opções ético-morais e as de ordem político-ideológicas (Žižek, 1996:14). É isso que aparece no pronunciamento de Ronald

Reagan, ao citar o ex-presidente Harry Truman, onde aborda a existência de dois sistemas sócio-políticos antagônicos e que as questões éticas e morais também estão envolvidas.

Neste presente momento da história mundial, aproximadamente todas as nações do mundo *devem escolher entre alternados modos de vida*. A escolha *não é*, tão freqüentemente, *livre*. Um modo de vida é baseado na *vontade da maioria* e se distingue pelas *instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e religião, e livres de opressão política*. O segundo modo de vida é baseado na *vontade de uma minoria imposta sobre a maioria*. Eles dependem do terror e da *opressão, imprensa e rádio controlados, eleições restritas e a supressão das liberdades pessoais*. (grifos do autor)⁵

Percebida dessa maneira, a liberdade de escolha é condicionada por fatores que escapam ao controle dos indivíduos. Portanto, a escolha é feita por outros, como ficou evidente no pronunciamento, restando apenas referendar essas escolhas. Neste sentido, o juízo de valor assume importante papel na definição do sentido e aplicação da “liberdade”, pois define o que é uma “boa” escolha de uma “má” escolha.

A liberdade, no interior do liberalismo político, interpõe limites às ações dos cidadãos, através de mecanismos institucionais, daí a ênfase que alguns autores dão ao tema da institucionalização da política, para garantir a liberdade, como, por exemplo, Samuel Huntington (Huntington, 1977). É, por essa razão que, quando Ronald Reagan fala em liberdade não está pensando, como nenhum outro pensador ou político, à exceção dos anarquistas, em liberdade sem restrições. Pois o presidente norte-americano entendeu, como os demais neoconservadores, que o “excesso de liberdade” torna-se uma ameaça para a liberdade e a democracia.

Os limites institucionais da liberdade funcionam, como o principal motivo que levou Ronald Reagan a defender as eleições presidenciais em El Salvador, como a solução mais adequada para os problemas político-econômicos salvadorenhos, e como o exemplo que deveria ser seguido pelos demais países centro-americanos. O exercício da “liberdade” consistiria no comparecimento às urnas, o que ocorreu em março de 1984. E Ronald Reagan aproveitou para

efetuar comparações com a Nicarágua que realizaria suas eleições em novembro de 1984, mas que de antemão, o presidente norte-americano afirmou que estas não seriam “livres”.

Este direito de escolha não é algo que é comum em toda a América Central. Por exemplo, contrasta nitidamente com a Nicarágua, onde os Sandinistas organizaram uma revolução em 1979, prometendo *eleições livres, liberdade de imprensa, liberdade religiosa*. Apesar dessas promessas, os Sandinistas tem constantemente quebrado suas promessas, e as eleições que anunciaram para novembro, *parecem ter sido planejadas apenas para consolidar seu controle*. (grifos do autor)⁶

O que começa a aparecer no conteúdo dos pronunciamentos – também na citação de Abbagnano – é a idéia de *contrato*. Contrato formalizado na concepção de um Estado, instituição política, como garantia da liberdade. Essas características contratualistas não são aquelas baseadas em Locke, como seria de supor, mas em Hobbes, como veremos mais adiante.

Eleição e liberdade política significam, para os neoconservadores, a recuperação e a manutenção do poder estatal. Tal poder encontrava-se combalido pelos escândalos no governo Richard Nixon, e nas hesitações da política externa, no governo Jimmy Carter. Em El Salvador, o poder estatal foi perdendo força ante o ataque combinado do caos social, ação da extrema-direita através dos esquadrões da morte e, na avaliação do Departamento de Estado norte-americano, o crescimento das atividades guerrilheiras da – *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* – FMLN (LeoGrande, 1998:81).

Ronald Reagan acreditou que se forçasse os sandinistas a realizarem eleições, e elas estavam de fato marcadas para novembro de 1984, as mesmas serviriam para tirá-los do poder.

A liberdade do povo salvadorenho para escolher seu próprio líder é nossa preocupação básica. [...] nós seremos neutros e respeitaremos os resultados de quaisquer eleições livres e justas, nas quais o povo expresse seus pontos de vista. (grifos do autor)⁷

Em ambas as situações, o processo de escolha foi definido como os caminhos possíveis para o “pleno” exercício da democracia e da liberdade, e ambos excluem a possibilidade do socialismo se tornar uma alternativa. Portanto, nos dois casos, a “melhor” alternativa tornou-se a

única alternativa, a democracia-liberal. A escolha do povo salvadorenho não poderia ir além de José Napoleón Duarte, o “candidato norte-americano”.

Na Nicarágua, a situação era a mesma. A opção também foi àquela apresentada pelo governo norte-americano, neste caso, o abandono do projeto revolucionário e a passagem do poder para os setores “liberais” da revolução. A “opção” apresentada aos nicaragüenses se deu por uma razão, que dada às circunstâncias, é muito simples. O governo “ilegítimo” sandinista tornou-se “comunista”, portanto, seria possível reivindicar o “direito de resistência” e, de acordo com o neoconservadorismo, o sandinismo tornou-se uma escolha “não-possível” entre as “alternativas possíveis”.

Os problemas expostos acima aparecem em três momentos dos pronunciamentos. E contribuem para enfatizar a maneira como Ronald Reagan concebeu suas defesas e críticas a partir de diferentes concepções de liberdade. Primeiro a defesa institucionalizada e neoconservadora, da liberdade. Depois, a crítica, por esta não pertencer à perspectiva institucionalizada da política.

Na crise atual, o governo *não é a solução para os nossos problemas; o governo é o problema*. De tempos em tempos, somos tentados a acreditar que a sociedade tem sido muito complexa para ser administrada por ela mesma, e *que um governo da elite é superior ao governo para, por e do povo*. (grifos do autor)⁸

Para estes ditadores, nós dizemos, “*provem para o mundo que seu sistema é legítimo. Prove que vocês não estão aterrorizando seu próprio povo. Deixe-os votar*”. (grifos do autor)⁹

Em todas as três situações, o tema da liberdade passa, necessariamente, por governos institucionalmente fortes, ou por governos, de alguma forma legitimados pela democracia representativa. O único processo aceito, pelos Estados Unidos, para definir um governo é aquele que se baseia na estrutura política do liberalismo. Dessa maneira, colocaram todo governo que chegou ao poder por uma “via” alternativa, que não a liberal, em situação de ilegitimidade. Este mecanismo funciona no sentido, de manter a dominação sócio-política e econômica dos

indivíduos. A liberdade torna-se, dessa maneira, uma figura de retórica discursiva, pois não amplia os espaços de participação política, que o próprio liberalismo julga defender.

Esse caminho conduz ao reforço do poder estatal. Embora, em discurso, o neoconservadorismo defenda a redução do poder governamental. Atílio A. Boron argumenta que essa recuperação é necessária para reverter a diluição resultante dos excessos do liberalismo-democrata. Mas, como defender a redução do Estado ao mesmo tempo em que defende o aumento do poder governamental? Os neoconservadores, como os neoliberais, defendem a diminuição da participação do Estado na economia e a redução dos gastos sociais, o que eles chamam de “racionalização do Estado de bem-estar e não a sua eliminação”.

O reforço do poder governamental é a premissa fundamental, desde os *contratualistas*, como Hobbes e Locke, até os neoconservadores e alguns socialistas, para manutenção da liberdade. Na ausência deste poder, toda a sociedade mergulhará na crise. Esse foi o diagnóstico dos neoconservadores sobre os Estados Unidos, que enfrentaram uma crise “moral” desde os governos Kennedy e Johnson até o governo Carter. Crise que se traduziu em perda de legitimidade. Assim, para os neoconservadores, a crise do governo norte-americano apareceu nas palavras de Ronald Reagan, “o problema é o governo”.

O presidente norte-americano revelou diversas ambigüidades em suas declarações. No mesmo momento em que defendeu a institucionalização da política, através do fortalecimento do governo. Atacava o “gigantismo” do Estado, particularmente o Estado resultante do *New Deal*, do governo Roosevelt (1933-1945), e suas comparações, politicamente direcionadas, com os Estados socialistas. Ataque que por razões óbvias, também era direcionado ao Estado nicaraguense, identificado como comunista.

Para a recuperação da legitimidade, garantia da liberdade, o *remédio* passa por Hobbes. Essa será possível a partir do momento em que ocorrer uma transformação nas relações Estado × sociedade civil, deixando de ser uma relação simétrica, ou com pequena assimetria em favor da sociedade civil, para uma assimetria totalmente favorável ao Estado. O Estado torna-se, a partir daí, na principal figura política no contexto da sociedade norte-americana. Pois se reveste da responsabilidade de recuperar as instituições que dão sustentação à liberdade, no ideário neoconservador, a *moral* e a *cultura*.

É nesse momento que Boron utiliza a denominação “espectro hobbesiano”, onde um “governo com autoridade é condição para o contínuo exercício da liberdade”. E segue mais além quando:

O espectro de Hobbes ressurgiu nitidamente para reivindicar a validade de sua premissa fundamental: *a submissão da sociedade civil às imposições do Estado*, fetichizado como garante necessário e exclusivo da *ordem*. É óbvio que os neoconservadores não podem formular explicitamente uma proposta tão antagônica ao “credo americano”, *que simplesmente renega a própria essência da tradição liberal*. (grifos do autor) (Boron, 2003:171).

Embora pareça excessivamente radical, a afirmação de Boron é precisa. Os Estados Unidos atravessavam um processo de crise “cultural” que durava mais de uma década. Essa crise cultural teve, para os neoconservadores, reflexos morais, com a sociedade se tornando mais pessimista, fenômeno que afetou o país interna e externamente (Divine, 1992:718).

A crescente perda da legitimidade, para os neoconservadores, significava a perda da liberdade. Portanto, a sociedade norte-americana precisaria optar entre a continuidade do projeto político liberal-democrata, com a ampliação constante da participação político-econômica dos setores subalternos da sociedade, projeto este denominado de “*Great Society*”, do presidente Lyndon Johnson, ou apoiar a redução dessa participação, trazendo o Estado e a sociedade norte-americana de volta aos princípios do “*agrarianismo*” adaptado aos novos tempos, como defendiam os neoconservadores (Fichou, 1990:18).

Esse é, então, o espectro hobbesiano apontado por Boron. Para recuperar a liberdade, que os neoconservadores acreditavam estar em perigo, a sociedade norte-americana se viu na necessidade de assinar um novo “contrato”, traduzido na eleição de Ronald Reagan, e o projeto neoconservador. Pois de acordo com o pensamento de Thomas Hobbes, a sociedade “assina” um contrato para evitar a “guerra de todos contra todos” o que poria toda a comunidade em risco. E os germes dessa “guerra” eram o que os setores mais à direita da sociedade norte-americana e os neoconservadores enxergavam nos projetos político-sociais dos governos democratas, Kennedy e Johnson (Olson, 1982:190).

A ampliação dos programas de afirmação social, na visão dos neoconservadores, sufocava o dinamismo da sociedade, e abria caminho para que setores que estavam sendo integrados, como negros e hispânicos, questionassem o maior “símbolo da liberdade” norte-americana, a propriedade privada. E era isso que Ronald Reagan enxergou na Nicarágua, afirmando que os sandinistas não respeitavam a propriedade privada, apesar dos próprios sandinistas, em nenhum momento, proporem algo semelhante.

Eram os temas ligados aos riscos para a manutenção do “contrato”, fosse na sociedade norte-americana, fosse em outras sociedades, que assumiram uma posição privilegiada nos pronunciamentos de Ronald Reagan. Essa preocupação revelou os aspectos mais hobbesianos do neoconservadorismo (Hobbes, 1999:115). Essa era também, a base das acusações contra os sandinistas, acusados de “quebrar o contrato” com a sociedade nicaragüense, como apareceu freqüentemente nos pronunciamentos, e dos quais selecionei estas passagens.

Os sandinistas *prometeram* à Organização dos Estados Americanos que *manteriam* eleições e *garantiriam* todos os *direitos humanos* que vêm com a democracia. Em resumo, eles literalmente fizeram um *contrato* para estabelecer uma verdadeira democracia. (grifos do autor)¹⁰

Negociações serão nossa melhor e, possivelmente, a última oportunidade para conduzir os comunistas sandinistas para longe de seu atual curso brutal, e retornar para as *democráticas e pacíficas promessas da revolução*. (grifos do autor)¹¹

Nesses dois momentos, a vinculação entre os temas que apontam para a liberdade, no entendimento dos neoconservadores – democracia, eleições e direitos humanos – aparecem como as promessas que os Sandinistas fizeram, ou seja, assinaram o contrato, e não o cumpriram. Este não cumprimento do “contrato” forneceu a justificativa – moral – para o apoio norte-americano aos *contras*. A partir dessa situação, observar o que Ronald Reagan argumentou sobre o “dever moral” para apoiar a *Resistência Democrática Nicaragüense*, outra denominação dada, pelo governo norte-americano, aos *contras*.

Em primeiro de março, líderes nicaragüenses exilados, representando um amplo *movimento pró-democracia*, se encontraram em San José, Costa

Rica, e fizeram esta oferta: Os *freedom fighters*, na Nicarágua, negociarão o cessar-fogo se o regime comunista negociar, permitindo *eleições livres e genuína democracia*. [...] O apoio norte-americano é *moralmente correto* e intimamente ligado com a *nossa segurança*. (grifos do autor)¹²

Como nas duas citações anteriores, esta também fez referências aos temas centrais da liberdade, no interior do pensamento liberal direitos humanos e eleições livres, estando fundamentado no consenso sobre o governo (Locke), ou se apresenta como construção moral, que como tal, adquire caráter valorativo. Por caráter valorativo a possibilidade de realizar aquilo que *devemos* querer, como aparece em Montesquieu (Oppenheim, 1998a:710-712).

A afirmação de Oppenheim retoma o tema inicial da liberdade, e que foi explorado politicamente por Ronald Reagan. A alternativa foi a liberal-democracia, de modelo norte-americano, surgindo como a melhor opção entre as opções “possíveis”. E a liberdade no neoconservadorismo pressupõe a liberdade individual. Mas não a liberdade *lato sensu*, mas uma liberdade voltada para a capacidade do indivíduo em satisfazer as próprias necessidades, sem a presença do Estado, como instrumento de intermediação na satisfação dessas necessidades. Portanto, essa concepção de liberdade não é compatível com a existência dos Estados de bem-estar e o socialista.

Assim sendo, a assinatura do “contrato” seria a melhor maneira de prevenir a “guerra de todos contra todos”, ou como também concebem os contratualistas, evitar o “retorno do homem ao estado de natureza”. A aceitação do contrato visa o (re)estabelecimento da paz. Isto aparece no discurso reaganiano, tanto para reforçar a hegemonia do neoconservadorismo, como para direcionar seus ataques verbais à Nicarágua.

Ronald Reagan considerava o capitalismo um modo de produção mais avançado que o comunismo. Aplicando os preceitos do progresso e desenvolvimento. Portanto, o comunismo, de acordo com essa visão seria, além de incompatível com a civilização ocidental, também representaria um estágio anterior no desenvolvimento das sociedades humanas. Aquele na qual o “contrato” ainda não havia sido assinado e, assim, os direitos dos homens não eram respeitados.

Observar os adjetivos empregados para definir o governo nicaragüense e os demais governos comunistas.

Uma *determinada campanha de propaganda* tem procurado *confundir* muitos na Europa, e certamente, muitos nos Estados Unidos, sobre a *verdadeira natureza* do conflito em El Salvador. Muito simplesmente, guerrilhas, armadas e apoiadas por e através de Cuba, tem tentado impor uma *ditadura marxista-leninista* sobre o povo de El Salvador como parte de um *grande plano imperialista*. (grifos do autor)¹³

Na primeira citação os comunistas são considerados mentirosos, e Ronald Reagan opõe *mentira* (valor negativo) à *verdade* (valor positivo). A base para sua afirmação é a moral, razão pela qual pode, e deve, ser percebida como um valor marcado pelas influências sociais, e históricas. Aparece também, na mesma citação, um caráter paranóico que o governo norte-americano procurou infundir entre os demais países americanos. Mensagem que também chegaria à população norte-americana, dada a gravidade da situação, pois a ameaça à liberdade encontrava-se a poucas centenas de quilômetros das fronteiras dos Estados Unidos.

Na segunda citação, o destaque fica por conta da Nicarágua como foco de violência, o que contrastaria com os princípios da civilização. Essa situação indica a posição da Nicarágua em oposição à organização social baseada na representação política, anterior à assinatura do contrato. Característica que não se encontra presente no “estado de natureza”, onde não existem leis. Essa referência ao “estado de natureza”, presente nos contratualistas, não possui um lugar no tempo, e nenhum deles estava preocupado em identificar qual seria o período no qual esse estado de natureza vigorou.

Nos pronunciamentos, como foi possível observar, o “estado de natureza” corresponde ao “comunismo” (Hobsbawm, 1995:385). Mas, é importante também observar que o marxismo considera, ou pelo menos considerava, esse mesmo comunismo, como o estágio superior no desenvolvimento histórico das sociedades humanas e a passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”. E como o marco principal dessa nova sociedade e concepção de liberdade, o desaparecimento daqueles componentes, que os neoconservadores consideravam como os pilares de sua “liberdade”, a propriedade privada e o Estado.

Eric J. Hobsbawm não admite a classificação do comunismo, mesmo o stalinista, como totalitário (Hobsbawm, 1995:383). Hannah Arendt definiu, por sua vez, que os regimes totalitários “clássicos” foram o regime stalinista e o nazista, excluindo o fascismo italiano

(Arendt, 2004:339-531). Alguns marxistas, como Tom Bottomore, afirmam que o regime fascista italiano, como os regimes alemão e o soviético, também era totalitário (Bottomore, 1988:382-383). Mario Stoppino, no dicionário de política, discute o conceito a partir das posições de diversos autores, embora escolha a abordagem de Arendt, mas mantém o fascismo italiano como totalitário (Stoppino, 1998a:1247-1259). E, Ronald Reagan, sem se preocupar com a aridez das questões teóricas, definiu como totalitários todos os governos comunistas. Como aparece neste exemplo.

Enquanto isso, nós não devemos permitir que o *totalitarismo comunista* vença por omissão. [...] A União Soviética e Cuba estão intervindo na área, porque eles acreditam que podem explorar os problemas para instalar uma ditadura comunista cruel, como nós vemos em Cuba. (grifos do autor)¹⁴

A base das afirmações reaganianas se encontra no artigo de Jeanne Kirkpatrick, *Dictatorships and double standards*¹⁵ (Ditaduras e duplo padrão) e no livro de Zbigniew Brzezinski e Carl J. Friedrich, *Totalitarian dictatorship and autocracy*¹⁶ (Ditadura totalitária e autocracia). Ronald Reagan identificou no regime sandinista, ou procurou associar, as características apresentadas por Brzezinski e Friedrich na classificação dos regimes totalitários. Estes foram listados por Stoppino, e assim definidos:

1) uma *ideologia oficial* que diz respeito a todos os *aspectos da atividade e da existência do homem* e que todos os *membros da sociedade* devem abraçar, e que critica, de modo radical, o estado atual das coisas e que dirige a luta pela sua transformação; 2) um *partido único de massa dirigido tipicamente por um ditador*, estruturado de uma *forma hierárquica*, com uma posição de superioridade ou de mistura com a *organização burocrática do Estado*, composto por pequena percentagem da população, onde uma parte nutre *apaixonada e inabalável fé na ideologia* e está disposta a qualquer atividade para propagá-la e atuá-la; 3) um sistema de *terrorismo policial*, que apóia e ao mesmo tempo controla o partido, faz frutificar a ciência moderna e especialmente a psicologia científica e é dirigido de uma forma própria, *não apenas contra os*

inimigos plausíveis do regime, mas ainda contra as classes da população arbitrariamente escolhidas; 4) um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, da direção de todos os meios de comunicação de massa, como a imprensa, o rádio e o cinema; 5) um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, de todos os instrumentos da luta armada; 6) um controle e uma direção central de toda a economia através da coordenação burocrática das unidades produtivas antes independentes (Stoppino, 1998a:1249). (grifos do autor)

Analisados detalhadamente, cada um desses seis pontos forneceram a Ronald Reagan, toda a gama de argumentos sobre o “totalitarismo sandinista”. É evidente, que numa comparação entre essas características e a Nicarágua, não permite comprovar a existência de regime totalitário no país. Isso porque, o presidente norte-americano, como afirmei no início, não estava preocupado com os rigores conceituais, e sim, com à sua aplicação política (Eagleton, 1997:172).

O que Ronald Reagan fez, foi estabelecer, a partir das observações de Brzezinski e Friedrich, semelhanças que pudessem classificar o governo sandinista nesta categoria. É possível perceber também, que destes pontos, alguns são baseados nas análises de Arendt sobre o totalitarismo.

Então, como enxergar, através das falas de Ronald Reagan, tais características?

No primeiro item, que trata da existência de uma ideologia oficial, Ronald Reagan parte de uma generalização muito comum. A de que somente os movimentos totalitários – comunista inclusive – são ideológicos. Exatamente porque encaram a ideologia como *propaganda* e *falseamento*. A propaganda é um aspecto crucial no regime totalitário. A propaganda totalitária, afirmou Arendt, tem por função “executar uma mentira”, ou seja, a construção de uma realidade sem, necessariamente, utilizar a violência, mas trabalhar a violência como uma possibilidade sempre presente e, também para pôr em movimento as leis da história (Arendt, 2004:411).

Mas a ideologia não é uma propaganda. A ideologia é uma sistematização histórica de um corpo de idéias, a partir de um grupo ou classe social. A sua negação por parte daqueles que assumem sua existência, deriva da convicção de que o mundo em que eles vivem é “natural”, circunstância que revela a tendência, também das ideologias, à a-historicidade. E os que a negam,

afirmam simplesmente, que por ser uma sistematização, ela não pode ser “verdadeira”, mas sim, uma invenção.

Ronald Reagan é um desses que negam a ideologia, ou que o “seu” neoconservadorismo seja ideológico (Boron, 2003:153). Esta postura de considerar que somente os outros “possuem” ideologia (como disse Eagleton, ideologia e mau hálito, somente os outros têm), não está limitada ao campo dos liberais e dos conservadores. O marxismo, de viés positivista, também negou que sua “ciência” fosse uma ideologia. Pois a ideologia não seria uma ciência e, portanto, não poderia ser “verdadeira”.

Apenas para exemplificar, que a teoria que mais estudou a ideologia, procurou fugir de sua “ideologização”, é o debate entre Gyorg Lukács e Antonio Gramsci. O primeiro defendia que o marxismo não seria uma ideologia, pois reivindicava um *status* de ciência ao mesmo (Lukács, 1975:50).

Gramsci, por sua vez, não somente afirmou que o marxismo é uma ideologia, como também resgatou sua importância no interior do marxismo. Visto que muitos marxistas ainda enxergavam a ideologia como aquela desenvolvida por Marx, em *A ideologia alemã*, embora esse mesmo texto somente viesse tornar-se público, na década de 20 do século XX. A ideologia é, em Gramsci, um dos principais componentes, não só do bloco histórico (e algumas vezes a confundem com hegemonia), mas também da forma como uma classe social mantém seu domínio sobre as demais.

Quem tomou o posicionamento de Lukács, no ataque a concepção gramsciana do marxismo como ideologia, e depois exercitou o morde-assopra, foi Carlos Nelson Coutinho. Coutinho entendeu que Gramsci havia se equivocado ao perceber o caráter ideológico do marxismo (Coutinho, 2003:103). Mas, a seguir, reconheceu a importância do autor italiano e afirma que ele, Gramsci, observou que a ideologia torna-se ideologia orgânica, ou seja, como projeto de hegemonia. (Coutinho, 2003:115)

Após essas considerações, um questionamento se faz presente. Qual a importância do debate sobre ideologia no interior de marxismo, para construir uma concepção de ideologia no neoconservadorismo? E uma segunda pergunta ainda surge. No que esse debate contribui para classificar e demarcar a ideologia no movimento totalitário? Às duas perguntas, é possível respondê-las de uma só vez.

É de comum acordo entre pesquisadores, que a Guerra Fria foi um *embate ideológico* (entre outros embates). O que não limita a ação da ideologia nos totalitarismos. E complementando a resposta, farei uso de uma autora liberal, Hannah Arendt (que também trouxe a discussão), de que a ideologia é uma “explicação totalizante”, ou seja, procura dar resposta ao real (Arendt, 2004:522-523).

A afirmação da ideologia como um componente do totalitarismo, por parte de Ronald Reagan, apareceu na distinção feita, aí de modo direto, dentre *democracia* e *totalitarismo*. A democracia, para o presidente norte-americano, é um *ideal*, ou seja, algo que todas as pessoas aspiram, o que lhe confere um caráter positivo. Assim, a democracia aparece como um sistema perfeito, livre de vícios e/ou problemas. Mas, esta afirmação encerra uma omissão, pois de qual democracia Ronald Reagan se refere, ou seja, ele generaliza o fenômeno tornando-o natural.

Desde 1947, o Tratado do Rio, estabeleceu responsabilidades recíprocas de defesa, ligada aos nossos *ideais democráticos comuns*. (grifos do autor)¹⁷

Por outro lado, os regimes totalitários são ideológicos, o que confere um caráter negativo (ponto que aparece no item “1” de Brzezinski). A ideologia é para o totalitário, na ótica neoconservadora, o mecanismo mais apropriado para o processo de ocultação e dominação. O que na maioria das vezes, não é percebido, por desconhecimento ou interesse, que na existência de uma ideologia, possa existir uma *contra-ideologia* (que também não deixa de ser uma ideologia). Exercício que Ronald Reagan fez ao contrapor *democracia* e *totalitarismo*. Como aparece nestes três exemplos.

Não, o maior triunfo após a guerra, foi que a despeito de todo o caos, pobreza, doenças e infortúnios, que assolaram este continente, o povo da Europa ocidental resistiu ao chamado dos novos tiranos e às iscas de suas sedutoras ideologias. (grifos do autor)¹⁸

Poucos agora perguntam que os governantes da Nicarágua são os comunistas profundamente comprometidos e determinados em consolidar seu estado *totalitário comunista*. [...] eles buscam exportar sua *ideologia* e

subversão através do *terrorismo* para os países vizinhos. (grifos do autor)¹⁹

Por outro lado, quando nós estamos tentando fornecer ajuda ao povo da Nicarágua, em sua luta pela *democracia* e contra o *totalitarismo*. (grifos do autor)²⁰

Em relação à Nicarágua, Ronald Reagan tentou, de forma forçada, estabelecer conexões entre esse país e os governos realmente totalitários. Em primeiro lugar, não havia uma “ideologia” que todos os nicaraguenses abraçassem. Havia sim, um projeto político de transformação da sociedade nicaraguense, onde amplos setores da sociedade participaram. Reagan parte para a afirmação da máxima: “tudo é ideológico”, como processo de descaracterizar determinados níveis de politização da sociedade. Isso ocorreu, porque os neoconservadores defendiam a despolitização da sociedade norte-americana.

A ideologia pressupõe, efetivamente, graus variados de envolvimento por parte dos indivíduos. Mas cabem aqui dois esclarecimentos. O primeiro, a ideologia é um projeto coletivo, que deve incorporar elementos de um discurso sofisticado, ou mesmo científico, e elementos do senso comum, o que elimina a possibilidade de falseamento da realidade. O segundo esclarecimento resulta da própria concepção presente na ideologia liberal e neoconservadora, caracterizada pela exacerbação do individualismo, ou seja, descartar a possibilidade de projetos conjuntos. E a aposta na “passividade” dos sujeitos.

A ideologia neoconservadora buscou as soluções para crise “moral e cultural” que afetavam os Estados Unidos. Esta “crise” que se iniciou no começo dos anos setenta, anunciou o “fim da prosperidade”, marcou a sociedade norte-americana e gerou um clima de desilusão entre os seus setores médios e altos. Nas classes subalternas, apesar dos programas de redistribuição, desde o *New Deal* e a *Great Society*, os efeitos da crise econômica também foram duramente sentidos. Mas não foi desses grupos sociais que saíram as bases de apoio ao projeto neoconservador (Hofstadter, 1994:314).

Para a ideologia neoconservadora, os problemas da economia norte-americana não se encontravam nas deficiências estruturais do capitalismo, e a interrupção de um ciclo de crescimento iniciado ao final da II Guerra Mundial. Mas no “ceticismo e na crítica

irresponsável”, que determinados setores da sociedade, liberais-democratas e esquerdistas ou a nova esquerda, exerciam.

Para combater essa crise, a ideologia neoconservadora propôs o resgate dos valores da sociedade norte-americana. Ela também procurou construir a hegemonia necessária para que todos os setores da sociedade se empenhassem na transformação, de um “quadro geral de crise”, para um caminho que devolvesse aos Estados Unidos, sua condição anterior, de superpotência hegemônica (Ayerbe, 2002:158-159).

O projeto neoconservador passava pela transformação de sua ideologia em partido – Partido Republicano –, eliminação das restrições ao capital monopolista, diminuição das funções sociais do Estado, ao mesmo tempo em que reforçou seu poder político. Como ficou expresso nas palavras de Ronald Reagan no discurso de posse, proferido em 20 de janeiro de 1981.

Os negócios de nossa nação vão adiante. Os Estados Unidos *são confrontados com uma aflição econômica de grandes proporções*. Nós sofremos a mais longa e uma das piores inflações contínuas em nossa história nacional. Ela distorce nossas decisões econômicas, prejudica nossas economias, e esmagam de forma similar os esforços dos jovens e a renda fixa dos anciãos. *Ameaça despedaçar as vidas de milhões de nosso povo. [...] Nós temos que agir hoje para preservar o amanhã*. E que não haja nenhum engano: Nós começaremos a agir, começando hoje. [...] É minha intenção restringir o tamanho e influência do *establishment* Federal e exigir o reconhecimento da distinção entre os poderes outorgados ao Governo Federal e esses reservaram aos Estados ou para as pessoas. *Todos nós precisamos ser lembrados que o Governo Federal não criou os Estados; os Estados criaram o Governo Federal*. (grifos do autor)²¹

Assim, a ideologia não pode ser considerada como um privilégio dos governos totalitários, como quis fazer crer Ronald Reagan.

No item “2” – partido único de massa e a existência de um ditador, contém elementos do item “1”, especialmente no tema ideologia do partido. Deve-se afirmar que incorrer na assertiva “tudo é ideologia”, é equivocado. Mas também não devemos reduzi-la e esvaziar seu conteúdo, afirmando que tudo é natural (o que, aliás, é uma afirmação ideológica).

O tema central deste item “2” é a existência de um partido que se funde e se confunde com o Estado. Embora Ronald Reagan tentasse vislumbrar essa hipótese na Nicarágua, ela não correspondia aos fatos. E as eleições de novembro de 1984, foram o melhor exemplo para desconstruir seu argumento. Pois concorreram candidatos de outros partidos políticos. Portanto, a tese do partido único é falsa (LeoGrande, 1998:375).

Em segundo lugar, todo regime totalitário é autoritário, mas nem todo regime autoritário é totalitário. Isto decorre, e embasa minhas afirmações nas teorias sobre o tema, que nos regimes totalitários, como o próprio conceito expressa, o controle da sociedade é *total*. Assim, a existência de uma oposição ativa, além de outras instituições do Estado, com relativa ou total independência, não permite que se estabeleça tal analogia entre o governo nicaragüense e os regimes totalitários.

Ronald Reagan procurou enfatizar, ainda de acordo com o item “1”, a existência de uma ideologia oficial, ao nomear o governo nicaragüense de *governo sandinista*. O emprego de tal definição possibilita a construção de um discurso que executa a operação totalitária, ou seja, a “mistura do partido com a organização burocrática do Estado”, o que significa que os quadros do partido são os quadros do Estado.

[...] porque o *governo Sandinista* ainda apóia as guerrilhas que estão lutando contra o devidamente eleito *governo* de *El Salvador*. (grifos do autor)²²

Esta situação também é útil para determinar que um governo é antidemocrático. Ronald Reagan não empregou, em nenhum momento, adjetivo semelhante para definir outros governos que não fossem os comunistas ou o sandinista. Hannah Arendt se refere às ideologias como *ismos* (Arendt, 2004:520).

Reagan, por exemplo, não se referiu ao governo salvadorenho, como democrata-cristão, ou ao seu próprio governo de republicano ou neoconservador. Esta ação buscou, antes de tudo, criar a concepção de um governo para todos, para toda a nação. Daí a utilização de terminologias como governo norte-americano, salvadorenho, hondurenho etc. Outro emprego, também com considerável força ideológica, é governo democrático ou democrata, pois este seria, na concepção reaganiana, e como vimos anteriormente, uma aspiração de todos os indivíduos.

Suas nações não se tornaram o criadouro para novas filosofias extremistas. Vocês resistiram à tentação totalitária. *Seus povos abraçaram a democracia*, o sonho que os fascistas não puderam matar. *Eles escolheram a liberdade.* (grifos do autor)²³

Ao contrário dos governos *ismos*, que indicariam governos para apenas aqueles que aderiram à ideologia oficial do partido, e que, por conseguinte, para fazer parte da *tríade-una*, partido-Estado-burocracia, os sujeitos deveriam fazer parte da máquina partidária, tal qual nos movimentos totalitários. Os que os diferenciaria dos governos democráticos, onde os cidadãos têm franqueado o acesso às decisões políticas.

Mas como se formariam as ditaduras? Algumas pesquisas realizadas procuraram fornecer tais respostas. Uma à esquerda, outros à direita. Mas elas concordam sobre o seu caráter arbitrário. Não pretendo aqui, restabelecer todo o histórico do conceito desde a antiguidade, pois a análise continuará focada no desenvolvimento da ditadura de partido único. O que já excluiria a Nicarágua (Stoppino, 1998a:375).

Os argumentos para as críticas de Reagan à Nicarágua e as declarações de apoio aos países da América Central estavam embasadas na distinção elaborada pelos neoconservadores entre *ditaduras autoritárias* e *ditaduras totalitárias* (Berger, 1995:158). Esse debate aparece como uma maneira conveniente de justificar a ajuda norte-americana às ditaduras centro-americanas (Guatemala e Honduras), e no compromisso, como veremos adiante, desses governos com as estruturas capitalistas e no combate ao comunismo.

A abordagem neoconservadora sobre as ditaduras, tem a contribuição de Samuel Huntington. Huntington parte do pressuposto que as ditaduras são originárias das tentativas de modernização em países com estruturas políticas frágeis. Assim, o que Huntington afirma é que o primeiro passo para evitar o estabelecimento das ditaduras, é a construção das instituições democráticas.

Somente depois deste processo, ocorrerão as transformações econômico-sociais. Ele toma como exemplo as democracias ocidentais, que passaram por um longo processo de maturação e desenvolvimento destas instituições. Quando do advento do capitalismo (considerado erroneamente como democrático), que desencadeou a aceleração no desenvolvimento das forças

produtivas, estas sociedades já estavam firmemente estabelecidas na democracia (Huntington, 1977:32).

A análise de Huntington é etapista, pois considera que as fases de desenvolvimento das instituições políticas e da economia, devem obedecer determinada linearidade (Marramao, 1995:104-108). Portanto, a partir desta linha de raciocínio, a revolução nicaragüense, com seu projeto de progresso e modernização, somente poderia resultar numa ditadura. Visto que a revolução “queimou” etapas e procurou acelerar o processo de transformação.

Nesse sentido, Ronald Reagan propôs o *Caribbean Basin Initiative*, e afirmando, com base na tese de Huntington, este projeto proporcionaria um “crescimento sustentado” dentro dos moldes do liberalismo político e econômico. Assim, o exemplo nicaragüense não deveria ser seguido. Veja o que Reagan afirmou sobre o tema.

Uns 20 anos atrás, John F. Kennedy captou a essência de nossa missão sem igual quando ele disse que iria até o Novo Mundo demonstrar "que a aspiração insatisfeita daquele homem por progresso econômico e justiça social podem ser melhor alcançados por homens livres que trabalham dentro das estruturas das instituições democráticas."²⁴

Qualquer tentativa de quebrar o avanço linear dos desenvolvimentos político e econômico, constituiria uma ruptura da ordem, e conseqüentemente, condenável. Sobre a linearidade, a própria noção de progresso parece obedecer a essa regra. E a revolução é essa quebra.

Barrington Moore Jr. é outro autor que analisa o surgimento das ditaduras. Moore segue direção oposta àquela tomada por Huntington, pois através de dois exemplos – Alemanha e Japão – buscou comprovar, que o desenvolvimento de governos ditatoriais está associado à manutenção de determinadas estruturas sócio-econômicas e a permanência, no poder, das antigas classes dominantes, as aristocracias rurais. Este caso é muito evidente na Alemanha, onde os *junkers* – grandes proprietários rurais – não foram substituídos por uma burguesia “revolucionária”. Durante as jornadas revolucionárias do século XIX.

O processo histórico, que desembocou no fascismo alemão, teve suas raízes fincadas na idéia, amplamente aceita, da “revolução pelo alto”. Este fenômeno ocorre quando as classes potencialmente revolucionárias, não são suficientemente conscientizadas. Dessa maneira, as

transformações são puramente econômicas. Outra modalidade de ditadura que concebe transformações econômicas, mas a ampliação da participação política é restrita é aquela que Stoppino definiu como “ditadura autoritário-modernizante” (Stoppino, 1998a:377).

O marxismo e o leninismo, ao tratar das ditaduras, elaboraram um tipo específico com função política bem definida. A “ditadura do proletariado”, mas a definição não corresponde a tipologia comum às ditaduras, exatamente por se tratar de uma circunstância provisória. Na fase da ditadura do proletariado é estabelecida a hegemonia do proletariado sobre a burguesia, e o entendimento que o objetivo principal da “ditadura” é o estabelecimento da sociedade sem classes.

Portanto, nem uma associação com a ditadura do proletariado, Ronald Reagan poderia fazer em relação ao governo nicaraguense. Pois como foi exposto nos parágrafos anteriores, a ditadura do proletariado seria uma fase no processo revolucionário. E os sandinistas não tinham a intenção ou, pelo menos não tiveram tempo de estabelecer qualquer modelo de ditadura.

O item “3” – sistema de terrorismo policial – é o que melhor diferencia as ditaduras autoritárias das totalitárias. O Estado policial é uma das principais características do totalitarismo. Assim, a base de apoio do ditador não se encontra nas forças armadas, mas no aparato policial secreto, que tem como funções, vigiar a população, o aparato militar e os membros do partido. Outra atribuição do aparato policial, é zelar pelo cumprimento daquilo que foi determinado pela “ideologia oficial”.

Na estrutura hierárquica dos governos totalitários, Arendt propôs tal esquematização: no topo da cadeia de comando, o líder totalitário; logo abaixo, a polícia secreta; os membros do partido; as forças armadas; e a massa aderente à ideologia.

Esta estruturação já elimina a possibilidade de comparar os sandinistas com os movimentos totalitários. Embora, Reagan apele para outras referências, que poderiam estabelecer analogias entre os dois tipos de governo. Uma dessas referências é o “terrorismo de Estado”, atribuição da polícia secreta, que segundo o presidente norte-americano seria uma prática comum do governo nicaraguense. Assim, Reagan definiu os sandinistas como terroristas.

Conhecendo estas responsabilidades, é tudo de mais importante quando uma *potência estrangeira* apóia o *terrorismo* e a *insurgência* para destruírem qualquer possibilidade de liberdade e democracia. (grifos do autor)²⁵

O domínio Sandinista é um reino comunista de terror. Muitos destes que lutaram ao lado dos Sandinistas viram a sua revolução ser traída. Negaram-lhes o poder no novo governo. Alguns foram presos, outros exilados. (grifos do autor)²⁶

Um *memorando secreto nicaragüense*, vazado para o *Wall Street Journal* e noticiado ontem, revelou como os comunistas têm usado a *propaganda* para difamar seus oponentes, acirrar a censura e confundir o mundo exterior. (grifos do autor)²⁷

Mas o que é o terrorismo? Uma definição muito comum de terrorismo foi elaborada por especialistas norte-americanos e britânicos, em que ele é “uma ação premeditada e politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes, por grupos intranacionais ou agentes estrangeiros, normalmente com a intenção de influenciar a opinião pública”.²⁸

Esta definição não se aplica, portanto, ao terrorismo de Estado. Mas quando Reagan dirige suas acusações contra a Nicarágua, ele combina esta forma de terrorismo – o *terrorismo político*, com aquelas praticadas pelo Estado totalitário. O que simplesmente não esclarece nem um nem o outro.

O terrorismo, ou a prática do terror, do Estado totalitário diverge, significativamente, do terrorismo político. O terrorismo estatal é dirigido contra todos aqueles que foram identificados como inimigos do movimento totalitário. Neste caso, ele aparece quando o Estado utiliza todos os meios disponíveis, aparato de repressão física e psicológica, contra os habitantes do próprio território. A população deve estar ciente de que a “possibilidade” de violência é uma constante, portanto, incerteza sobre o alcance da ação policial. Esta é, uma das principais funções exercida pela polícia secreta, o controle da população e dos inimigos do regime através do terror.

E quem são os inimigos do movimento? Os inimigos são todos os que não vêem o mundo através da “ideologia oficial”. Mas eles não são escolhidos aleatoriamente. O processo de acusação obedece a uma escala de periculosidade. Ronald Reagan, por exemplo, afirmou que para o “movimento totalitário sandinista”, os inimigos seriam os ex-companheiros de revolução (os liberais), a Igreja, a imprensa, os sindicatos e os índios Miskitos.²⁹

Enquanto isso houve uma *tentativa de eliminação de uma cultura inteira*, os índios Miskitos, milhares dos quais foram mortos ou agrupados em *campos de detenção* onde eles foram mal alimentados e *torturados*. As suas aldeias, igrejas, e colheitas foram queimadas. (grifos do autor)³⁰

O presidente norte-americano, também fez associações que permitiriam comprovar a “veracidade” de suas afirmações. Ele associou o marxismo com o totalitarismo, e este, com o sandinismo. No caso do marxismo, Reagan utilizou as “leis” do materialismo histórico para reforçar seus argumentos. O materialismo histórico é a base da teoria marxista. Este é responsável por fornecer a explicação para os processos de transformações históricas, portanto, durante muito tempo, o materialismo histórico, como uma “lei” do movimento da história.

Os agentes históricos envolvidos no processo de transformação estariam, assim conscientes das necessidades dessas transformações. Um dos componentes necessários à percepção das condições objetivas e subjetivas é a consciência de classe, muitas vezes traduzida por ideologia. E como o materialismo histórico tem como uma das premissas a “luta de classes”, e nessa luta, uma das classes deve “desaparecer”, isto foi interpretado como a eliminação física do oponente. Tarefa que ficaria a cargo da polícia secreta e dos mecanismos de terror do movimento totalitário.

A maneira como Ronald Reagan caracterizou o governo nicaraguense revelou o anacronismo presente nos pronunciamentos. Mas como afirmei no início do tópico, o presidente norte-americano não estava muito preocupado com as questões teóricas, e sim com o impacto político que tais declarações poderiam proporcionar. Observar como definiu as “ditaduras comunistas”.

Isto é o que faz uma *ditadura comunista*: criou um Estado de *segurança repressivo e uma polícia secreta organizada*, assistida por assessores soviéticos, alemães orientais e cubanos; *perseguição*, e em muitos casos *expurgos*, da *oposição política* e tornando as liberdades democráticas de expressão, imprensa, e assembléia, oficialmente puníveis em *prisão* ou *morte*. (grifos do autor)³¹

O item “4” – o monopólio e o exercício da censura sobre os meios de comunicação, estão intimamente associados às ditaduras, autoritárias e totalitárias, civis ou militares. O papel da informação adquire importância fundamental nestes governos, pois os meios de comunicação são os responsáveis pela difusão da ideologia totalitária. E para algumas ditaduras, a informação possui valor estratégico, pois pode fornecer aos “inimigos” do governo argumentos para uma campanha de desestabilização (Smith, 1996:200).

Observados separadamente, o monopólio e a censura, tornam possíveis perceber a importância que a informação e a propaganda possuem nos regimes totalitários. O monopólio sobre os meios de comunicação permite que se veicule uma “verdade única”. Esse monopólio torna-se poderoso quando associado aos outros mecanismos de difusão ideológica, como a Escola, a Magistratura, o Exército, a Família e a Igreja.

Os meios de comunicação se tornam, ainda mais eficazes, quando funcionam como garantia para a existência de uma “correia de transmissão/reprodução”, em todas as estruturas da sociedade (Poulantzas, 1990:60-70).

Ainda sobre as afirmações de Ronald Reagan, das características totalitárias do governo nicaraguense, uma dessas características seria a não existência da liberdade de imprensa. Situação que o presidente norte-americano não explicou claramente, se essas violações constariam o fechamento dos jornais de oposição, ou a prática de censura. Reagan operou por aproximação, ou seja, um dos princípios da liberdade, é a liberdade individual, o totalitarismo é antiliberal, deste modo, a restrição à imprensa é uma condição presente.

E para refutar as argumentações do presidente norte-americano, de que o governo nicaraguense era totalitário, e tomando por base o monopólio dos meios de comunicação, a existência de um jornal de oposição não permite compará-lo, por exemplo, com o nazismo.

Na Nicarágua existiam dois jornais. O órgão de informação dos Sandinistas, *Barricada*, e o da oposição liberal, o *La Prensa*. Circunstância muito diversa da Alemanha nazista, onde os jornais de grande circulação pertenciam aos membros do Partido Nazista.³²

Outra estratégia de Ronald Reagan foi descaracterizar as notícias que vinham da Nicarágua, especialmente aquelas que iam de encontro às suas declarações. Inclusive as publicadas nos jornais norte-americanos, como o *Washington Post* e o *New York Times* (Kryzanek, 1996:176-177). Reagan preferiu, procurando alcançar resultados políticos, principalmente nos debates com o Congresso, “confiar” nas informações veiculadas pelos jornais

e revistas, mais afinados com o neoconservadorismo, como o *Wall Street Journal*, *USA Today* e os semanários *Time* e *Newsweek*.

O trecho do pronunciamento de 15 de abril de 1985 é reveladora sobre esse aspecto.

[...] o relatório recebeu grande atenção na televisão e nas manchetes dos jornais e publicações. O relatório ignorou a brutalidade comunista, o assassinato de indígenas e a prisão, tortura e assassinato de dissidentes políticos. Mas nós não ficamos realmente surpresos porque, como nosso Departamento de Estado descobriu e a *Times* noticiou, este então chamada investigação independente foi trabalho de um partidário do ditador Ortega, um simpatizante que abertamente abraçou o sandinismo e quem foi conduzido através da Nicarágua por agentes secretos sandinistas. (grifos do autor)³³

O monopólio dos meios de comunicação permite a construção da “verdade”, a partir de mentiras. E mesmo as “mentiras” devem, obrigatoriamente, possuir alguma base na sociedade, ou seja, parte dessa mentira deve existir na forma de crenças, ou se dirigido a grupos sócio-raciais, aparecer na forma de estereótipos. O que Ronald Reagan tentou estabelecer, ao “descaracterizar” o relatório, foi uma prática comum aos regimes totalitários. A propaganda. Sua afirmação parece se apoiar no que diz Arendt sobre o papel da propaganda nos regimes totalitários (Arendt, 2004:391).

Para Ronald Reagan, o relatório não passaria de uma peça da propaganda totalitária sandinista. Com a intenção de influenciar a opinião pública estrangeira sobre o caráter democrático do governo sandinista. O que Reagan apontou, foi à sua interpretação, sobre o que se desenrolou na Nicarágua. Entendido desta maneira, o que o presidente norte-americano fez, não se distancia dos objetivos da propaganda totalitária. Contra a “verdade” dos sandinistas, Ronald Reagan opôs a “verdade” do Departamento de Estado norte-americano.

Ao lado do monopólio dos meios de comunicação, temos à censura aos meios de comunicação. A censura consiste num jogo de proibições daquilo que pode ou não pode ser informado ao público. A censura se torna eficiente, quando a sua presença somente é percebida pelos agentes diretamente envolvidos, os censores e os jornalistas.

Ela não é uma exclusividade dos regimes totalitários, dissemina-se, inclusive, nas sociedades democráticas. O que diferencia sua prática está na forma, ou seja, a censura se desenvolve de forma direta, com a presença do censor no local de produção. Pode ser indireta, esta muito praticada no Brasil, onde as informações que podem ou não ser divulgadas, são transmitidas pelas autoridades. E também a econômica, onde o estrangulamento financeiro dos meios de comunicação pode ser exercido pelo Estado, através da retirada de anúncios, ou “recomendando” que outras empresas façam o mesmo. Assim, a censura é um dos mais eficazes instrumentos para o controle da informação.

Apesar de, freqüentemente, empregar o adjetivo totalitário para o governo nicaragüense, Ronald Reagan poucas vezes utilizou o termo *censura*, preferindo empregar *negação a liberdade de imprensa*. Esta utilização ocorreu, porque o conceito de liberdade está presente na constituição norte-americana. Isso, porque, a maior parte dos pronunciamentos era direcionada ao público norte-americano. Outro fator que explica a utilização de um termo a outro, é a facilidade de gerar contraposições, para um melhor entendimento do público norte-americano (Bakhtin, 2004:32).

O item “4”, não forneceu a base de argumentação, suficiente, para qualificar o governo nicaragüense de totalitário. Dessa maneira, o item “5” – controle dos instrumentos da luta armada, se torna mais uma das características que Ronald Reagan procurou imputar à Nicarágua.

A posse do monopólio do aparato militar, implicaria na ameaça, por parte dos governos totalitários, de intervenções militares nos países vizinhos, e também, para o controle da própria população. Que pode ser vista, pelos líderes totalitários, como ameaças ao movimento.

Na hierarquização proposta para os movimentos totalitários, a polícia secreta ocupa um lugar mais destacado que as forças armadas. Mas, estas são, as responsáveis pela expansão territorial do movimento. Portanto, uma política agressiva faz parte do corolário totalitário.

Ronald Reagan acusou, por diversas vezes, a Nicarágua de ameaçar seus vizinhos, e de contar com um arsenal acima da capacidade defensiva. Além de fornecer ajuda financeiro-militar às guerrilhas salvadorenhas. Neste sentido, o argumento seria de que os nicaragüenses estariam “exportando a revolução”, ou seja, tomando emprestado uma divisa dos cubanos, e o lema de Trotsky, da “revolução mundial”.

O atual governo da Nicarágua está exportando a revolução para El Salvador, seu vizinho, e ajudando, apoiando, armando e treinando as guerrilhas que tentam retirar um governo legitimamente eleito.³⁴

A idéia da “agressividade comunista” serviu como justificativa para os argumentos que envolviam os temas de Segurança Nacional, particularmente o anticomunismo. Ronald Reagan afirmou que os Estados Unidos “corriam um sério risco”, com a presença da Nicarágua sandinista e Cuba, na região. Ele dizia que a “insurreição comunista”, patrocinada pelos dois países, poderia se aproximar perigosamente das fronteiras dos Estados Unidos.

Nós enfrentamos uma especial ameaça na América Central, onde *nossa segurança nacional está em risco*. A América Central está muito perto de nós, e nossa aposta estratégica nas rotas marítima do Caribe e do Canal do Panamá é muito grande para que ignoremos essa *realidade*. O espectro do marxismo-leninismo controlando governos na América Central, política e ideologicamente leais a Cuba e a União Soviética, se apresentam como *nos desafios diretos aos quais devemos responder*. (grifos do autor)³⁵

A segurança do país é claro, depende muito mais do que armas. Nós devemos ter a vontade de enfrentar os desafios aos nossos interesses vitais. O que acontece agora na América Central, situada a apenas algumas centenas de milhas de nossas costas, afeta diretamente a segurança nacional dos Estados Unidos.(grifos do autor)³⁶

Este argumento foi empregado, para permitir uma substancial aumento nos gastos militares norte-americanos. Pois naquele momento, Reagan informou que a vantagem estratégica pendia, perigosamente, em favor da União Soviética, tanto em armas nucleares, como em armas convencionais. Esta, coincidiu também, com o anúncio feito em 23 de março de 1983, do programa de “Iniciativa de Defesa Estratégica” – IDE (SDI – sigla em inglês para *Strategic Initiative Defense*), também conhecido como programa “Guerra nas Estrelas”.³⁷

Para convencer a desconfiada opinião pública norte-americana e os relutantes aliados europeus, Reagan argumentou que, o que estava em perigo, não era somente a segurança dos Estados Unidos, mas a própria civilização ocidental. E o que isso demonstra? Demonstrou que o presidente norte-americano também fez uso das argumentações totalitárias, sobre a existência de um inimigo à espreita. Argumento este que encaminhou para a uma nova política externa,

marcada pela retomada da “política de contenção” (Garthoff, 1985:1034). Esta posição aparece numa crítica feita aos membros do Congresso, e aos presidentes anteriores.

Eles gastaram todo o tempo *vendo o mundo da maneira que eles desejavam que fosse*, mas não da maneira como realmente ele é. E isto não é o caminho para proteger a paz.³⁸

Então, foi a partir das acusações de “ações agressivas” feitas à Nicarágua, que Ronald Reagan justificou o próprio crescimento do arsenal norte-americano. Ele se utilizou daquilo que, em linguagem militar, se denomina *ação diversiva*, ou seja, desvia o foco de atenções para uma direção, diferente daquela que se pretende tomar. E porque? A Nicarágua, efetivamente, financiava a guerrilha salvadorenha. Mas desde 1981, ano de posse de Reagan na presidência, após a chamada “ofensiva final”, os guerrilheiros não possuíam mais condições de, militarmente, derrubar o governo salvadorenho.

A Nicarágua também não poderia configurar numa séria ameaça, pois desde esse mesmo ano, 1981, os *contra-revolucionários*, ajudados, apoiados, armados e treinados pelo governo norte-americano, através do Departamento de Estado e pela CIA (Smith, 1996:183).

O sexto e último item, sobre a “coordenação burocrática e centralizada da economia”, muito associado aos regimes totalitários e comunistas é, possivelmente, aquele que mais se opõe ao liberalismo neoconservador. Para os neoconservadores, a economia deve sofrer o mínimo de interferência estatal. Isso aparece como o item mais defendido por Ronald Reagan, e este é um dos caminhos por onde passa a sua concepção de democracia.

O neoconservadorismo, praticamente distingue duas formas de Estado. Os que interferem na economia, como o Estado de bem-estar e as economias planificadas socialistas. E aqueles onde o liberalismo econômico mais radical, encontrou um maior espaço para o seu desenvolvimento.

Continuando com essas diferenciações, aparecem dois sistemas de governo, o democrático-liberal e o totalitário-comunista. É possível perceber que o neoconservadorismo, que o neoconservadorismo, como ademais as outras ideologias, utilizam as dicotomias como meio de diálogo com o público. As dicotomias são preferíveis à qualquer complexidade nas estruturas discursivas.

Os Estados Unidos e a União Soviética não são semelhantes; nós dois não somos iguais e duas superpotências competindo apenas pela diferença de nossos “sistemas”. Os Estados Unidos são uma *sociedade livre e aberta*, uma *democracia* na qual a *liberdade de imprensa e liberdade de expressão* floresceram. O povo da União Soviética vive numa *ditadura fechada* na qual as *liberdades democráticas são negadas*. Seus líderes *não* atendem à vontade de seu povo; suas decisões *não* são determinadas por um debate público ou discordâncias; eles proclamam, e perseguem, as metas da “revolução” leninista. (grifos do autor)³⁹

Assim, quando Ronald Reagan criticou o “gigantismo” do Estado de bem-estar, encontrou num público específico, os profissionais especializados, brancos, pertencentes as classes média e alta, seus mais atentos interlocutores. Estes estavam preocupados com a crescente “instabilidade” social, nos grandes centros urbanos, resultado do fim do ciclo de crescimento econômico, a “Era de Ouro”, rumaram para os estados do centro-sul (Hobsbawm, 1995:260).

Esse grupo de profissionais saudou as propostas de redução de impostos, considerados um empecilho à livre-iniciativa e à capacidade de produzir dos indivíduos. Em troca, esses profissionais, aceitaram o “pacto” que Ronald Reagan incorporou em seu programa de governo. O “novo contrato social” hobbesiano.

Indústrias ociosas lançaram os trabalhadores no desemprego, na miséria humana, e na indignidade pessoal. A esses que trabalham são negados um retorno justo para o seu trabalho, por um sistema de impostos que penaliza realização próspera e nos impede manter uma total produtividade. (grifos do autor)⁴⁰

Mas como nossa carga tributária é grande, ela não manteve passo com gastos públicos. Durante décadas nós amontoamos déficit sobre déficit, enquanto hipotecávamos o nosso futuro e o futuro de nossas crianças, para a conveniência temporária do presente. Continuar com esta longa tendência é avalizar tremendos motins sociais, culturais, políticos, e econômicos. [...] e devemos aliviar nossa carga tributária punitiva. (grifos do autor)⁴¹

A intervenção na economia não poderia, nunca, proporcionar o ambiente favorável para o florescimento da democracia à americana. Este foi o diagnóstico neoconservador. E as alternativas apresentadas foram: ou o Estado reduziria o seu tamanho, ou a sociedade norte-americana pagaria um alto preço, como a perda da “liberdade”. Não somente a liberdade política, pois a sociedade norte-americana mantém um nível de participação política, particularmente a partidária, em níveis muito baixos. A perda principal, seria a da liberdade econômica, através da ameaça à propriedade privada.

Esta fórmula também deveria ser “exportada” (tal qual a revolução, para os comunistas) para os demais países do continente americano. E era isto que Reagan tinha em mente quando apresentou, na Assembléia da Organização dos Estados Americanos, o *Caribbean Basin Initiative*, em fevereiro de 1982. Neste programa, o presidente norte-americano enfatizou a necessidade de se associar democracia e mercado.

Nossa ajuda econômica, inclusive os acréscimos que fazem parte do programa que eu esbocei há pouco, é mais de cinco vezes o equivalente da ajuda em segurança. A investida de nosso auxílio é para ajudar nossos vizinhos compreender a liberdade, a justiça e o progresso econômico. (grifos do autor)⁴²

E como esta análise permite compreender tais circunstâncias, em relação à Nicarágua? Reagan efetuou um exercício sofisticado. Ele afirmou que, se a Revolução nicaragüense saiu de seu rumo original, esta não poderia ser uma revolução liberal. Se não foi uma revolução liberal, no mundo dicotômico da Guerra Fria, somente poderia ser uma revolução comunista. Se foi uma revolução comunista, estaria, ela, associada com a União Soviética e Cuba, países comunistas. Se estava associada com a União Soviética e Cuba, planificaria sua economia, eliminando a livre-iniciativa e a propriedade privada. E sendo, a economia da Nicarágua era planificada, o governo nicaragüense, obviamente, seria totalitário.

O que retirou a possibilidade da argumentação de Ronald Reagan, foi o fato de que a Nicarágua não planificou sua economia e nem eliminou a propriedade privada. Portanto, a Nicarágua não poderia nem ser comunista, nem totalitária.

E por que então, Ronald Reagan acusou a Nicarágua de “governo totalitário”? várias respostas são possíveis, mas apenas algumas revelam a essência do pensamento neoconservador. Uma delas se situa no processo de despolitização da sociedade norte-americana. Exatamente porque os neoconservadores acreditavam que o excesso de democracia era uma ameaça à liberdade.

Outro aspecto tem suas raízes no final do século XIX. O avanço da democratização política e o crescimento dos partidos de massa, muitas vezes ideologicamente identificados com o socialismo, romperam as bases políticas tradicionais. E trazendo uma quantidade, cada vez maior, daquela novidade política, o cidadão, para o centro da tomada de decisões. Mesmo nas democracias liberal-representativas.

Os liberal-conservadores viram a ascensão das massas, como uma verdadeira ameaça ao *status quo*. Outra situação que está intimamente ligada, é o fato de que os partidos políticos norte-americanos não são muito definidos ideologicamente. A diferença entre ambos, está na forma de “administração” do capitalismo.

Para o Partido Republicano, a situação é ainda mais controversa. Pois os republicanos não contam com uma forte mobilização política, e esta foi a sua aposta. Por essa razão, que a Revolução nicaraguense ou sandinista, de junho de 1979, trouxe tanto apreensão aos setores mais conservadores, os neoconservadores, da sociedade norte-americana. Ou seja, o início da participação política de massa, na América Latina (diferente do Populismo), que colocasse em xeque a dominação político e econômica.

Notas:

¹ Direitos que englobam as liberdades de expressão, opinião e religião.

² Propriedade privada, no marxismo designa o meio de produção destinado à extração de mais-valia. O termo suscita muitas confusões, pois comumente é associado àquilo que o indivíduo possui. Assim, sempre que o termo aparecer no texto será para designar “propriedade privada” a partir do marxismo.

³ Ronald Reagan. *Remarks on Central America and El Salvador at the Annual Meeting of the National Association of Manufacturers*. Washington, 10 de março de 1983.

⁴ Ronald Reagan. *Written Responses to Questions Submitted by Caribbean Journalists*. Washington, 18 de fevereiro de 1986.

⁵ Ronald Reagan. *Address Before a Joint Session of the Congress on Central America*. Washington, 27 de abril de 1983.

⁶ Ronald Reagan. *Radio address to the Nation on Central America*. Washington, 24 de março de 1984.

⁷ Ronald Reagan. *Written responses to questions submitted by Le Monde of France*. Washington, 19 de março de 1984.

⁸ Ronald Reagan. *Inaugural address*. Washington, 20 de janeiro de 1981.

- ⁹ Ronald Reagan. *Remarks at a California Republican Party fundraising dinner in Long Beach*. Long Beach, California, 30 de junho de 1983.
- ¹⁰ Ronald Reagan. *Remarks at the Quadrennial Convention of the International Longshoremen's Association in Hollywood, Florida*. Hollywood, Fl., 18 de julho de 1983.
- ¹¹ Ronald Reagan. *Radio address to the nation on the Central American Peace Proposal*. Camp David, Md, 20 de abril de 1985.
- ¹² Ronald Reagan. *Radio address to the nation on the situation in Central America*. Washington, 30 de março de 1985.
- ¹³ Ronald Reagan. *Remarks to the Permanent Council of the Organization of American States on the Caribbean Basin Initiative*. Washington, 24 de fevereiro de 1982.
- ¹⁴ Ronald Reagan. *Remarks at the Quadrennial Convention of the International Longshoremen's Association in Hollywood, Florida*. Hollywood, Fl., 18 de julho de 1983.
- ¹⁵ Jeanne Kirkpatrick. *Dictatorship and double standards*. Washington: American Enterprise Institute, 1979.
- ¹⁶ Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski. *Totalitarian dictatorship and autocracy*. New York: Harvard University Press, 1956.
- ¹⁷ Ronald Reagan. *Remarks to the Permanent Council of the Organization of American States on the Caribbean Basin Initiative*. Washington, 24 de fevereiro de 1982.
- ¹⁸ Ronald Reagan. *Address to a special session of the European Parliament in Strasbourg, France*. Strasbourg, 8 de maio de 1985.
- ¹⁹ Ronald Reagan. *Message to the Congress transmitting a request for assistance for the Nicaragua Democratic Resistance*. Washington, 25 de fevereiro de 1986.
- ²⁰ Ronald Reagan. *The President news conference*. Washington, 10 de maio de 1985.
- ²¹ Ronald Reagan. *Inaugural address*. Washington, 20 de janeiro de 1981.
- ²² Ronald Reagan. *Remarks and question-and-answer session with reporters in Rochester, Minnesota*. Rochester, 4 de novembro de 1984.
- ²³ Ronald Reagan. *Address to a special session of the European Parliament in Strasbourg, France*. Strasbourg, 8 de maio de 1985.
- ²⁴ Ronald Reagan. *Remarks to the Permanent Council of the Organization of American States on the Caribbean Basin initiative*. Washington, 24 de fevereiro de 1982.
- ²⁵ Ronald Reagan. *Remarks to the Permanent Council of the Organization of American States on the Caribbean Basin Initiative*. Washington, 24 de fevereiro de 1982.
- ²⁶ Ronald Reagan. *Address to the nation on United States policy in Central America*. Washington, 9 de maio de 1984.
- ²⁷ Ronald Reagan. *Radio address to the nation on the situation in Central America*. Washington, 30 de março de 1985.
- ²⁸ Central Intelligence Agency. *Patterns of global terrorism 2000*. Langley, WV: CIA, 2001, p. 3.
- ²⁹ Ao fazer alusão à tentativa de eliminação de uma “cultura inteira”, Reagan procurou associar os “acontecimentos” na Nicarágua, com as ações dos nazistas, que tentaram apagar os vestígios dos judeus das zonas ocupadas.
- ³⁰ Ronald Reagan. *Address to the Nation on United States Policy in Central America*. Washington, 9 de maio de 1984.
- ³¹ Ronald Reagan. *Remarks at a Fundraising dinner for the Nicaragua Refugee Fund*. Washington, 15 de abril de 1985.
- ³² O órgão oficial do Partido Nazista era o *Völkischer Beobachter*. Julius Streicher, um dos dirigentes do partido possuía também um jornal, o *Acht Uhr Adenblatt*. Além dos dois semanários da Juventude Hitlerista, o *Die Junge Front* e o *Der Jungen Sturmstrupp*.
- ³³ Ronald Reagan. *Remarks at a Fundraising dinner for the Nicaragua Refugee Fund*. Washington, 15 de abril de 1985.
- ³⁴ Ronald Reagan. *The President's news conference*. Washington, 4 de abril de 1984.
- ³⁵ Ronald Reagan. *Progress in the Quest for Peace and Freedom*. Washington, 22 de fevereiro de 1983.
- ³⁶ Ronald Reagan. *Remarks at a California Republican Party Founding dinner in Long Beach*. Long Beach, California. 30 de junho de 1983.
- ³⁷ O IDE seria composto por uma rede de sistemas antimísseis balísticos, que se situariam no espaço, formado por satélites armados com raios *laser*, protegendo os Estados Unidos de um eventual ataque soviético.
- ³⁸ Ronald Reagan. *Progress in the Quest for Peace and Freedom*. Washington, 22 de fevereiro de 1983.

³⁹ Ronald Reagan. *Remarks on Signing the Message on America's Agenda for the Future and the Annual Economic Report of the President*. Washington, 6 de fevereiro de 1986.

⁴⁰ Ronald Reagan. *Inaugural Address*. Washington, 20 de janeiro de 1981

⁴¹ Ronald Reagan. *Inaugural address*. Washington, 20 de janeiro de 1981.

⁴² Ronald Reagan. *Remarks to the Permanent Council of the Organization of American States on the Caribbean Basin Initiative*. Washington, 24 de fevereiro de 1982.

Bibliografia:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDR, Hannah. *As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BERGER, Mark T. *Under Northern eyes: Latin American studies and U.S. hegemony in the Americas 1898-1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

BERLOWITZ, L., DONOGHUE, D., MENAND, L. (orgs.). *A América em teoria*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993a.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998a.

BORON, Atílio A. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

DIVINE, Robert A. et al. (org.). *América – passado e presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992.

EAGLETON, Terry. *Ideologia – uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp/Boitempo, 1997.

FICHOU, Jean-Pierre. *A civilização americana*. Campinas: Papirus Editora, 1990.

GARTHOFF, Raymond L. *Détente and confrontation – American-Soviet relations from Nixon to Reagan*. Washington: The Brookings Institution, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFSTADTER, Richard e GRAY, Wood. *An outline of American history*. Washington: United States Information Agency, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New York: Yale University Press, 1974.

KRYZANEK, Michael J. *U.S. – Latin American relations*. 3ª ed. Westport, Connecticut: Praeger, 1996.

LaFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War – 1945-1990*. 6ª ed. New York: McGraw-Hill, 1991.

LEOGRANDE, William M. *Our own backyard – the United States in Central America, 1977-1992*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

LUKÁCS, Gyorg. *Historia y consciencia de clase*. 2ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1975.

MANDEL, Ernest. *Marxism revolutionary today*. Oxford (England): NLB, 1979.

MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização – as categorias do tempo*. São Paulo: Unesp, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MILL, John Stuart. *O governo representativo*. 3ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1995.

OLSON, Mancur. *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven: Yale University Press, 1982.

PADOVER, Saul K. (ed.). *Thomas Jefferson – on democracy*. New York: Pelican Books, 1946.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SMITH, Peter H. *Talons of the eagle: dynamics of U.S.–Latin America relations*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.